

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DILEMAS E DESAFIOS

ANA CLARA MEIRA DE CASTRO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

CLAUDIONOR ALVES DA SILVA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história da educação brasileira. Essa reflexão se deu a partir dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia. Nesse sentido, a formulação deste ensaio foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico articuladas com as leituras de Paulo Freire e do questionamento: até que ponto se faz necessária a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI?. Esse questionamento compreende a existência de dilemas e desafios em relação a EJA. Para melhor compreender essa problemática, desenvolveu-se um estudo bibliográfico, considerando os aspectos históricos e políticos, tendo como marco o Período Militar (1964) e uma articulação com as ideias do educador Paulo Freire. Esse estudo revela que, desde o Período Militar, as tentativas de solucionar o problema do analfabetismo das pessoas jovens e adultas no Brasil se deu por meio de programas de governo e não de políticas de Estado. E mais, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas no país continua não sendo prioridade, pois embora sejam previstos em lei recursos específicos para essa modalidade de ensino e diretrizes próprias, na prática, pouco se tem efetivado. Portanto, são necessárias políticas de estado voltada para a EJA, professores formados e capacitados para essa modalidade de ensino e proposta pedagógica fundamentada em uma educação que seja de fato libertadora, no sentido freireano.

3278

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Tecnicismo.

Abstract: This article aims to reflect on the dilemmas and challenges faced in the Youth and Adult Education (EJA) modality throughout the history of Brazilian education. This reflection was based on studies carried out in the subject DFCH0813 Education of Young and Adult People I, in the Pedagogy course. In this sense, the formulation of this essay was developed based on a bibliographical survey articulated with the readings of Paulo Freire and the question: to what extent is it necessary to offer Youth and Adult Education in Brazil in the 21st century? This questioning understands the existence of dilemmas and challenges in relation to EJA. To better understand this problem, a bibliographic study was developed, considering the historical and political aspects, taking as a landmark the Military Period (1964) and an articulation with the ideas of educator Paulo Freire. This study reveals that, since the Military Period, attempts to solve the problem of illiteracy among young and adult people in Brazil took place through government programs and not State policies. What's more, the Education of Young People and Adults in the country continues not to be a priority, because although specific resources are provided by law for this type of teaching and specific guidelines, in practice, little has been implemented. Therefore, state policies aimed at EJA are necessary, teachers trained and qualified for this type of teaching and a pedagogical proposal based on an education that is truly liberating, in the Freirean sense.

Keywords: Education. Emancipation. Technicism.

Introdução

Este trabalho é resultado dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia, cujo tema central eram os aspectos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história da educação no Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados nessa modalidade da educação ao longo da história da educação brasileira.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil caracteriza-se como uma denúncia das desigualdades sociais presentes no país, tendo em vista que a educação, ao longo da história brasileira, buscou oferecer uma educação que somente ensinasse a ler e escrever, a fim de atender as necessidades da classe dominante, ou seja, não era oferecida uma educação para emancipar o indivíduo e dignificá-lo. Desse modo, serão desenvolvidos ao longo do corpo deste ensaio os aspectos históricos (com foco no período militar), políticos e sociais e o reflexo na Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI.

Nesse sentido, a formulação deste ensaio foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da EJA, articuladas com as leituras de Paulo Freire e sobre a legislação educacional. Assim, com base nesse referencial, buscou-se compreender as influências do período militar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Logo, possibilitou o seguinte questionamento: até que ponto se faz necessária a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI? Esse foi o questionamento que proporcionou e estimulou o desenvolvimento do presente trabalho.

O primeiro registro que se tem acerca da Educação de Adultos é a partir de 1549, com a chegada da Companhia de Jesus, no Brasil colônia, com o objetivo de catequizar, mediante ao ensino da leitura e escrita para os indígenas e filhos dos colonos. Entretanto, os jesuítas foram expulsos do Brasil e a educação voltada para jovens e adultos fica a cargo do Império. Porém, a educação era marcada pelo elitismo, reduzida apenas às famílias abastadas. Em 1824, a Constituição Imperial estabelece como lei o direito à educação a todas as pessoas, descrevendo no art. 179 inciso XXXII “A Instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos” (Brasil, 1824). Todavia, a execução da lei não ocorreu e continuou a defasagem na educação. No ano de 1834 foi realizado um Ato Constitucional transferindo a responsabilidade do Estado para as províncias. Desse modo, elas passaram a ter o dever de fornecer a formação primária e secundária a todos os indivíduos.

O Brasil deixou de ser um império em 1889 para se tornar uma República “democrática”, mas o exercício do voto só seria realizado por pessoas alfabetizadas, ou seja, a cidadania não era contemplada a todos. No século XX, as pessoas que não sabiam ler, passaram a ser culpadas pela condição de analfabetas. Eram ignoradas todas as circunstâncias para tal

adversidade se perpetuar e, assim, o Estado se isentava de sua obrigação. Além disso, o país iniciou a sua industrialização e, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra qualificada. Por isso, a preocupação da Educação de Jovens e Adultos tornou-se urgente, com o objetivo de atender ao capital, não à formação humana. Assim, com a industrialização, passou-se a exigir operários que soubessem ler e escrever.

Criou-se em 1934 o Plano Nacional de Educação, que previa um tratamento específico para a EJA: a garantia do ensino primário integral obrigatório. Destaca-se também a pressão internacional para que o país trabalhasse para mitigar esse impasse. Desse modo, os métodos pedagógicos utilizados para alfabetizar os jovens e adultos eram os mesmos para alfabetizar as crianças. Isso porque eles eram vistos como incapazes e “mais fáceis de serem alfabetizados”. Contrapondo esse ideal de enxergar o indivíduo como “incapaz”, no final da década de 1950 e início da década de 1960 ocorreram mobilizações sociais em prol da EJA como: Movimento de Educação de Base (1961- CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961) e Centros Populares de Cultura (UNE).

Nesse período, o educador Paulo Freire inicia o seu trabalho com o seu método de utilizar as vivências do seu discente para alfabetizá-lo, garantindo assim, a dignidade do sujeito. Todavia, seria interrompido no período militar, instituído no Brasil em 1964. Ademais, a Constituição Federal de 1967, em seu art. 168º descreve acerca do direito da população à educação: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (Brasil, 1967).

Nesse segmento, o Estado, mediante a sua constituição afirma que a educação é direito de todos os indivíduos. Entretanto, o exercício desse direito encontra adversidades para ser contemplado. Desse modo, é preciso revisitar o passado, a fim de compreender as questões sociais, educacionais e políticas que refletem na atualidade, para averiguar a motivação para haver turmas de jovens e adultos. Assim, o foco temporal é a Ditadura Civil Militar no Brasil e os seus reflexos no Brasil do século XXI. Diante disso, serão desenvolvidas algumas ideias fundamentadas no pensamento de Paulo Freire e outros teóricos, a fim de elucidar a Educação de Jovens e Adultos no país.

Paulo Freire: educação com os cidadãos

Paulo Freire estudou e baseou-se em ideias marxistas e construiu um legado na educação pela sua preocupação e formulação de um ideário educacional voltado para a classe popular,

compreendendo esse público como produtores de cultura, por meio de suas histórias de vidas. Assim, desenvolveu ideias que proporcionam o desenvolvimento das potencialidades desse público mediante às palavras geradoras. Além disso, discutiu sobre a sociedade desigual e dividida em classes, agrupada em opressores e oprimidos. Para Paulo Freire, a educação é um ato político por se relacionar com o contexto social e político do corpo social.

Nesse sentido, no ambiente educacional, seria incitado à sensibilização e o desenvolvimento da consciência crítica, abordada mais especificamente em a Pedagogia do Oprimido e Educação como prática da liberdade. O primeiro citado aborda a relação de oprimido e opressor e a necessidade de quebrar esse ciclo e o segundo apresenta preocupações em fomentar com a classe popular uma educação emancipadora, com o objetivo de desenvolver atividades e métodos que alcancem a realidade dos indivíduos que se propõem a alfabetizar. Além disso, busca conscientizar homens e mulheres e torná-los pensadores críticos, frente a uma sociedade dividida em classes.

Destaca-se a importância de possibilitar espaços e promover situações para o que o ser humano passe a questionar a própria realidade, as desigualdades sociais e como isso lhe afeta e aos outros cidadãos, deixando para trás a consciência ingênua que acredita que nada pode ser feito perante aos detentores do poder. Assim, será encaminhado o processo de passagem da consciência ingênua para a crítica, ao qual verá a realidade da sociedade, mas compreende que pode fazer mudanças e questionar as condições que lhe foram inculcadas.

Desse modo, Paulo Freire atuou em círculos de cultura e Centros de cultura desenvolvidos em Recife, assim, ocorriam debates de diversos temas, que eram previamente discutidos com os participantes, a fim de averiguar quais temas gostariam de debater. Foram temas em volta do “ ‘Nacionalismo’, ‘Remessa de lucros para o estrangeiro’, ‘Evolução política do Brasil’, ‘Desenvolvimento’, ‘Analfabetismo’, ‘Voto do Analfabeto’, ‘Democracia’[...]” (Freire, 1967, p. 103). Essas discussões eram feitas pelos grupos em diálogo e se utilizavam recursos visuais para auxiliar na esquematização, proporcionando resultados positivos, permitindo pensar em um método ativo voltado para os jovens e adultos analfabetos.

O círculo de cultura debatia as questões sociais e promovia reflexões acerca da realidade social dos participantes do círculo e tinha como forte característica o diálogo e, mediante a esse fator, iniciava também a democratização da cultura, valorizando o ser humano. Assim, a democratização cultural permite a relação e o progresso nas camadas populares. Nesse sentido,

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso

crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. (Freire, 1967, p.108).

Esse entendimento prossegue no livro *A Educação como prática da Liberdade*, que diz: “[...] jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas” (Freire, 1967, p.102). Dessa maneira, é nítida a preocupação com uma educação emancipatória, que proporciona o desenvolvimento crítico que, além de alfabetizá-los, promova a participação democrática no meio social.

Ademais, no contexto social Freire promoveu seus pensamentos acerca de uma educação de qualidade com a presença do diálogo com a realidade do cidadão e atividades que articulasse com os conhecimentos do ser humano com os novos. Sendo assim, para ele o problema não era o analfabetismo, mas era necessário olhar o todo, ou seja, as condições de vida que o indivíduo vivia, pois havia a presença da desigualdade social no cotidiano dessa camada popular.

Consoante a esse pensamento Stephanou e Bastos diz que “o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas” (Stephanou; Bastos (orgs), 2005, p. 268, *apud* Strelhow, 2010, p.5). Logo, entende-se que a inexistência da dignidade causada pelos direitos não exercidos devido ao ambiente que não proporciona o pleno desenvolvimento do indivíduo, fere o ser humano e sua constituição nutrida de cultura, vivências, desejos, sonhos, direitos e centra apenas no analfabetismo. Desse modo, as discussões devem estar voltadas para os aspectos que permeiam o cotidiano e as estruturas socioeconômicas do cidadão.

Ademais, Freire (1987) vai discutir acerca da relação do professor com o discente iniciando-se mediante ao diálogo durante a discussão do conteúdo pragmático ministrado em sala entre docente e educando, de forma que incentive o aluno ao pensamento crítico e reflexivo. Destacando o recordar das experiências vivenciadas pelos alunos, com o intuito de trazer o conteúdo mais próximo da realidade deles, visando o melhor aprendizado. Salienta-se acerca das práxis, que se apresenta como algo importante para todo o cenário, pois os seres humanos são práxis, nesse sentido, a práxis é a transformação do mundo, por intermédio da ação e reflexão que andam lado a lado em seus exercícios de função.

Freire (1987) vai classificar em quatro elementos a teoria da ação antidialógica, que são: a conquista, a divisão da população para manter sob controle, a manipulação e a invasão cultural. A manipulação é outra das características citadas da teoria da ação antidialógica, sendo instrumento da conquista, de manipulação das massas populares para manter a posse de seu

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 20, p. 3278 - 3292, maio, 2024.

poder, desse modo, utiliza-se de mitos para enganar muitos cidadãos inocentes, desse modo, o “antídoto” para a manipulação é a organização de forma crítica e consciente.

De acordo com Strelhow (2010, p. 2) “A educação brasileira foi sempre colocada em planos posteriores ao crescimento econômico e interesses das classes dominantes.”. Para mudar tal paradigma vigente na sociedade brasileira, é preciso a união da classe popular se entendendo como sujeitos que fazem parte do contexto social e munidos de direitos. Tendo em vista que os direitos não devem ser prioritários apenas a um grupo de poder aquisitivo. Portanto, o cidadão deve ter acesso à educação emancipatória e o Estado o reconheça e ofereça tais oportunidades, pois é o seu dever para com todos os brasileiros, independente dos seus status sociais.

Além do mais, em Pedagogia do Oprimido fica nítido que se não desmistificar e trabalhar pensando e agindo diante as situações das classes oprimidas, os seus sonhos e desejos serão guiadas para o desenvolvimento de opressores, pois se não houver uma educação libertadora, o sonho do oprimido será se tornar opressor e assim perpetuar o ciclo, destaca-se assim, que os indivíduos são práxis, ou seja, podem transformar o mundo.

Angicos (1962 – 1963) cidade localizada no estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste, foi palco do método de alfabetização para jovens e adultos e a partir de tal experiência houve um novo olhar para a Educação de Jovens e Adultos, tal entendimento ecoou (inter)nacionalmente. A proposta foi realizada e estruturada para proporcionar um ambiente educacional alfabetizador. Assim, foi proposto um roteiro dividido em quarenta horas. Nesse sentido, era trabalhado cultura, conceito antropológico de cultura, alfabetização por meio do estudo da palavra e conhecimento das “famílias” silábicas, politização.

Porém, no decorrer, alguns desistiram, em decorrência da necessidade de trabalhar. “Na segunda semana de aulas, justamente na faixa da 13ª hora, uma motivação muito maior, a chuva, obrigou a alguns alunos, os melhores, por sinal, a abandonar as classes por força da necessidade de trabalho na pequena agricultura.”. (Gadotti, 2014, p. 65).

Na 22ª hora iniciou-se a construção de obras públicas, necessitando de trabalhadores. Assim, “Francisco de Andrade Araújo, um homem de 45 anos, que foi trabalhar na construção de um grupo escolar em Macau, interrompeu a frequência por duas semanas. Mas, em seu lugar, deixou a filha de 9 anos, que anotava as aulas e as transmitia ao pai nos fins de semana.” (Gadotti, 2014, p. 66). Portanto, entendeu-se que era preciso “[...] se ajustar o ano escolar ao ano de trabalho. No setor de alfabetização de adultos mais ainda, pois o homem está sujeito às condições de mercado de trabalho para sobreviver.” (Gadotti, 2014, p. 66). Destaca-se assim, a

necessidade do homem de trabalhar e a dificuldade em articular o trabalho, fator necessário para a sobrevivência com os estudos.

Nesse segmento, o método utilizado em Angicos proporcionou discussões e uma nova proposta para alfabetizar os jovens e adultos, tendo em vista que:

Este método dispensa o uso da cartilha. Começa com uma pesquisa junto ao grupo que se pretende alfabetizar, quando é feita a coleta de um universo vocabular que corresponda a situações sociológicas existenciais do grupo. Esse universo tem em média 400 palavras. A coleta é feita através de conversas informais, explicando aos futuros alunos que assim eles estão ajudando a fazer o programa das aulas, dando a eles um sentido de participação ativa. É feito um trabalho de separação das palavras dissílabas ou trissílabas, separando-se também os fonemas simples dos complexos. Um conjunto de palavras simples é escolhido: são palavras geradoras, com fonemas básicos. (Gadotti, 2014, p. 68).

Dessa maneira, a experiência em Angicos possibilitou que adultos fossem alfabetizados e por meio do seu modo de falar, utilizou – se palavras geradoras, estudo das famílias silábicas e politização. As pessoas passaram a distância - se do papel imposto pela sociedade dominante, sem esperança de mudança e passaram a perceber a mudança na vida e como o mundo letrado lhe era possível, pois eles tinham cultura e potencialidades para aprender.

Ademais, a experiência foi vista por ângulos diferentes, assim,

Os políticos reconheciam apenas a possibilidade de ampliar suas bases eleitorais, mas Paulo Freire e sua equipe viam muito mais longe: a alfabetização conscientizadora era apenas a primeira etapa de um sistema de educação, era o primeiro passo para uma educação ao longo da vida. Paulo Freire pensava já num Programa Nacional de Alfabetização como resultado das primeiras experiências do seu método revolucionário, estendendo para todo o país o que estava começando em Angicos, adotando a Educação Popular como uma política pública. (Gadotti, 2014, p. 82).

3284

O I encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

[...] influenciou as diretrizes do Plano Nacional de Alfabetização, elaborado no final de 1963 e lançado no início de 1964. [...] este plano comprometia-se com a promoção da cultura popular e propunha utilizar o sistema de alfabetização criado pelo educador Paulo Freire, experimentado com sucesso em Angicos, no Rio Grande do Norte. (UNESCO, 2009, p. 11).

O Plano Nacional de Alfabetização é estabelecido por intermédio do decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964 em seu art. 1, descrevendo “Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura” (Brasil, 1964). Entretanto, com a Ditadura Civil Militar o plano foi impossibilitado de ocorrer e Paulo Freire passou a ser perseguido no Brasil por causa de suas ideias “comunistas” para com a educação.

No Brasil do século XXI, as ideias de Freire são discutidas nas universidades do país, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no interior da Bahia. As discussões

embasadas em Paulo Freire ocorrem, pois os professores compreendem que para formar futuros docentes, é preciso conhecer Paulo Freire, a fim de “fugir” da educação bancária, por muitas vezes presente nas escolas brasileiras. Assim, o estudante em sua formação passa a apreender o papel transformador da educação como emancipação do indivíduo, assim como, o poder das práxis sociais que a educação proporciona.

Período militar: educação tecnicista

O período militar no Brasil foi marcado pelo tecnicismo e pela educação bancária criticada por Paulo Freire. O modelo de alfabetização proposto por Paulo Freire foi impedido de continuar sendo exercido nesse período, necessitando que os militares criassem a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), contrária à pedagogia de Freire, que foi considerada por eles como ideológica e comunista. Além disso, a taxa de analfabetismo na década de 1960 na faixa de 15 anos ou mais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *apud* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP) era de 39,7%. Na década de 1970 teve uma queda de 6%, passando a integrar 33,7% da taxa, desse modo, políticas e movimentos educacionais deveriam ser desenvolvidas, a fim de mitigar esse impasse que se apresentava na sociedade.

Nos anos de 1961 e 1962, o Movimento de Educação de Base (MEB) recebeu duas conceituações acerca da educação de base, ressalta-se que a compreensão do MEB foi alterada diversas vezes enquanto o movimento existiu. A primeira compreensão, foi a preocupação em ensinar a valorização do próprio homem, por meio disso, a sociedade se beneficiaria, o segundo entendimento, preocupava-se com o desenvolvimento da criticidade, a fim de produzir a autoconsciência das classes, assim,

[...] entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade (...). Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo povo brasileiro (Rapôso, 1985, *apud* Brasil, p.2).

Portanto, era necessário propiciar condições para com que essas pessoas produzissem conhecimento para a sociedade e crescessem juntas. Todavia, esse movimento em prol de uma melhor qualidade de educação, foi quebrado com a instauração do período militar em 1964.

Nesse sentido, no período ditatorial, essa conceituação foi alterada, sendo instituída da seguinte forma: “... aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes e integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa” (Rapôso, 1985, *apud* Brasil, p. 2). Desse modo, o objetivo é integrar o sujeito a sociedade sem compreender a cultura

que permeia a vivência do indivíduo e às subjetividades, além de produzir bens materiais para o desenvolvimento, não para questionar os dominadores, colocando o Estado a favor do grupo social de maior poder aquisitivo e o governo retira-se da sua posição como legislador e atuante em favor de toda a sociedade.

Desse modo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967 – 1985), e dentro desse movimento tinham programas, como o Programa de Alfabetização Funcional, Programa de Educação Integrada, Programa MOBRAL Cultural, Programa de Profissionalização. Todos voltados para a preparação da pessoa para o mercado de trabalho. Sendo assim, a educação estava diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do país e isso refletiu nos indivíduos que eram analfabetos, os quais foram responsabilizados pela própria condição. As pessoas alfabetizadas foram incentivadas a “adotarem um analfabeto” e esses sujeitos eram vistos e entendidos como parasitas na sociedade que estava industrializando, pois não sabiam o básico para contribuir no crescimento econômico do país.

Nesse entendimento, Strelhow (2010, p. 6) descreve que “[...] o sentido político do Mobral [...] procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura”. Dessa maneira, o MOBRAL se distanciava da proposta de Paulo Freire, justamente por desvincular o sujeito da sua condição de produtor de cultura que acrescenta e dialoga com o mundo por meio de suas vivências.

O primeiro presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen, descreve que seriam desenvolvidas concepções tecnocráticas mediante a “[...] esquemas operacionais simples e padronizados, capazes de tornar logisticamente viável um programa de alfabetização de larga escala, e de reduzir ao mínimo os custos por aluno” (Simonsen, 1973, p.148, *apud* Silva e Torres, 2021). Desse modo, é nítido que a preocupação era atender as necessidades da indústria, a produção de mão de obras, ou seja, ao capital humano e não a formação do cidadão.

Nesse sentido, as atividades eram propostas de forma universal, não se preocupando com as especificações dos sujeitos que estavam em sala de aula. Entre esses aspectos estavam a região em que morava, os conhecimentos que eles já tinham e as histórias de vida. Dessa forma, a educação era proposta universalmente e alfabetizava para “inserir” na sociedade e se tornarem contribuintes para o giro do capital e, assim, a educação bancária era fornecida, a fim que eles aprendessem somente a ler e escrever. Freire (1987) crítica esse ensino “bancário”, ao qual o educador deposita o conhecimento e recolhe através de uma prova que extingue a criticidade dos discentes que estão sendo educados, atendendo assim, o interesse da classe opressora e a beneficiando.

Barreto (1998), descreve a diferenciação entre a educação progressista de Freire e a perspectiva tecnicista.

Neste sentido, ‘há uma diferença fundamental entre a alfabetização na perspectiva progressista e na perspectiva tecnicista. Na última se dá ênfase ao domínio puramente técnico – que é fundamental – da leitura e da grafia fonêmica da palavra. Assim, estimulam os alfabetizandos a ler e escrever MESA sem perguntar como e em que implica produzir a MESA. É como tomar a palavra desconectada do mundo’ (Barreto, 1998, p. 81).

Dessa maneira, o MOBREAL, apesar de tentar copiar o método de Freire, se diferenciou por meio da decisão das palavras geradoras para apresentar aos indivíduos, ressalta-se, que a escolha das palavras geradoras não ocorria em conjunto com a população. Freire (1967, p. 120) afirma que “As palavras geradoras deveriam sair destes levantamentos e não de uma seleção que fizéssemos nós mesmos, em nosso gabinete, por mais tecnicamente bem escolhidas que fossem”. Nesse sentido, proporciona apenas um caráter técnico e alienado para os sujeitos frente à própria cultura que esses seres humanos poderiam produzir, reduzindo-os a apenas uma mão de obra.

Em 2022, o número de analfabetos segundo o IBGE é de 5,6% de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Apresenta-se esse dado como denúncia ao Estado que não cumpre o seu papel de zelo para com o bem-estar social. Tendo em vista que a Constituição Federal de 1988, conhecida também como a constituição cidadã, descreve em seu artigo 208º inciso I a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” (Brasil, 1988), logo, o acesso à educação é um direito social à cidadania. O Ministério de Educação, por meio do parecer CNE/CEB 1/2000, descreve que “Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura, mesmo minimamente; outros têm iniciação de tal modo precária nestes recursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia.” (Brasil, 2000, p. 3).

Esse documento ainda afirma que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Brasil, 2000, p. 5).

Contudo, essa dívida para com o público da EJA ainda não foi reparada, a vista dos programas educacionais para jovens e adultos, durante o período militar, assim como, posteriormente, são em sua maioria voltados para atender o mercado de trabalho a exemplo do

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Além do mais, existe o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) que convida todos a participar, permitindo que pessoas que não possuem formação completa atuem.

A escolha de profissionais não capacitados denuncia a despreocupação com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Durante o MOBRAL “[...] houve recrutamento de alfabetizadores sem muita exigência, rebuscando a ideia de que para educar uma pessoa adulta é necessário ser apenas alfabetizada, sem entender o método pedagógico” (Strelhow, 2010, p. 7). Tal entendimento, prossegue na atualidade, tendo em vista a presença de indivíduos não formados e sem conhecimento de método pedagógico ocupando espaços que deveriam ser de profissionais formados para lecionar em programas como o TOPA.

Portanto, é nítido que a existência da Educação de Jovens e Adultos é uma denúncia às desigualdades sociais, ao tecnicismo e à negligência estatal, tendo em consideração que a educação fornecida para esses indivíduos é com o objetivo de "tornarem úteis" os indivíduos para o corpo social. Sendo assim, não é desenvolvido a criticidade e há o esvaziamento teórico dos conteúdos. Ressalta-se a participação da classe dominante, pois eles desejam uma mão de obra qualificada, porém que não pense em sua condição de explorado.

Destaca-se que o Ministério de Educação em 2000 já tinha “consciência” sobre a importância das vivências e singularidades dos sujeitos da EJA, ao qual escreve que

[...] a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionário regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena (Brasil, 2000, p. 5).

Todavia, a compreensão do MEC não adentra as salas de aulas, pois se perpetua atividades que entende o indivíduo como “vazio” de conhecimento, e sem cultura devido a condição de analfabeto. Nesse sentido, o cidadão não é compreendido pelas suas pluralidades e oralidades como foi proposto em Angicos. Além disso, os “professores” não licenciados que participaram dos programas de alfabetização para a Educação de Jovens e Adultos é um reflexo da percepção do período militar na educação brasileira para a EJA do século XXI. Além disso, a oferta da EJA ainda é necessária no Brasil do século XXI, considerando a porcentagem de analfabetos que o Brasil ainda possui e que precisa reaver às políticas para alcançá-los.

A Educação de Jovens e Adultos segundo o MEC apresenta como:

A função equalizadora da EJA [...] dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização (Brasil, 2000, p. 9)

Ademais, é necessário a união das camadas populares, juntamente com docentes e futuros docentes que veem a educação como emancipatória para mudar o cenário nacional de despreocupação para com a Educação de Jovens e Adultos. Assim, tornar o analfabetismo um desafio superado, mas para que ocorra a superação, é preciso dos movimentos sociais e que o Estado entenda a sua posição de zelar e oferecer espaço para o pleno desenvolvimento do cidadão. Nesse sentido, para haver uma sociedade que pense criticamente e que compreenda o seu contexto histórico e deseje mudar o trajeto, é preciso que a educação fornecida estimule esse desenvolvimento crítico.

Diante do exposto, a Educação de Jovens e Adultos possui função e a oferta dessa educação deve ser fornecida pelo Estado, pois é de sua responsabilidade. A educação proposta e oferecida deve ser de qualidade e gratuita e também como o MEC tão bem pontuou, trabalhar às pluralidades e oralidades dos indivíduos. Refletindo assim, na educação emancipatória proposta por Paulo Freire e distanciando-se das influências do militarismo, a fim de proporcionar um ambiente de integração à sociedade grafocêntrica e garantir o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania.

3289

Considerações Finais

A Educação de Jovens e Adultos durante o processo histórico brasileiro foi marcada pela marginalização desse grupo social, que detinha “poucos” conhecimentos daquilo que era valorizado pela sociedade, ou seja, a leitura e escrita. No contexto rural, a alfabetização não era uma necessidade para aqueles que eram analfabetos, pois o seu trabalho era braçal, apesar de que a constituição de 1824 previsse que todos os indivíduos deveriam ter acesso à educação. Entretanto, com a industrialização do país, há necessidade de pessoas alfabetizadas para trabalhar, o que tornou necessário e urgente a alfabetização das massas para o crescimento econômico do país.

As ideias de Paulo Freire passam a ser desenvolvidas, apresentando um método que trabalha com a camada popular, levantando os conhecimentos dessa classe, democratizando a

cultura e possibilitando a alfabetização e o desenvolvimento crítico do pensamento frente a uma sociedade dividida em oprimidos e opressores. Desse modo, a experiência em Angicos proporcionou esperança para o cenário brasileiro, influenciando na idealização do Plano Nacional de Alfabetização legislado por meio do decreto nº 53.465/64. Todavia, o desenvolvimento desse trabalho foi interrompido pelos militares que viam os pensamentos de Freire, como ameaça ao bem-estar da nação, assim, criaram o MOBRAL.

Sendo assim, o período militar ficou marcado pelo tecnicismo, tal característica não ficou restrita apenas a esse arco temporal brasileiro. O intuito da proposta era desenvolver nos sujeitos capacidades para exercerem no mercado de trabalho e não os emancipar, produzindo mão de obra. Dessa forma, o Estado se isentava de sua obrigação com os seus cidadãos e buscava auxiliar a classe dominante, ao oferecer uma educação técnica e bancária e ignorando a sua posição de atender a sua população imparcialmente.

O reflexo dessa educação tecnicista ainda se apresenta presente no corpo social do Brasil do século XXI. Reflexos do MOBRAL são encontrados nas salas de aulas brasileiras, a exemplo de utilização de livros que fogem das vivências do indivíduo, atividades infantilizadas e professores que não são licenciados. Isso implica a oferta de uma educação sem qualidade, indo contra o proposto na Constituição Federal de 1988, que diz da oferta de uma educação de qualidade. Além disso, o entendimento que o método de Paulo Freire é comunista ainda se perpetua, logo, não deve ser posto em prática, pois promove a conscientização e liberdade.

Nesse sentido, é perceptível que a Educação de Jovens e Adultos ainda é um desafio a ser enfrentado, pois ainda predomina a divisão entre oprimidos e opressores, sem de fato ocorrer uma educação libertadora que permita a quebra desse ciclo. Assim, sem haver o objetivo de emancipar e promover uma educação que desenvolva a consciência crítica, não será possível haver um corpo social crítico que compreende a sua posição e que luta pelos seus direitos.

Portanto, não há espaço para se conformar, é preciso reivindicar por professores formados e capacitados, por mudanças nas práticas docentes de atividades infantilizadas, superando o estigma proporcionado pelo passado e exigir que os direitos descritos na legislação venham ser cumpridos, exercendo, assim, o papel da cidadania. A compreensão discutida pelo Ministério de Educação do parecer CEB nº11/2000 acerca das questões socioeconômicas na história do Brasil e a importância de discutir às pluralidades, oralidades e vivências devem ser trabalhadas em uma nova perspectiva de educação, deixando para trás às influências do militarismo. Assim, a Educação de Jovens e Adultos se propõe a emancipar os sujeitos que

atendem, por meio de uma educação emancipatória que trabalhe as suas vivências e o respeitando.

Referências

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte Ciência, 1998.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Disponível em: [Constituição24 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 29 de março de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: [Constituição67 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 30 de julho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de abril de 2024.

BRASIL. **Decreto n. 53.465, de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: 21 de janeiro de 1964. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 29 de março de 2024.

BRASIL, Cristiane Costa. **História Da Alfabetização De Adultos: De 1960 Até Os Dias De Hoje**. Universidade Católica de Brasília. Disponível em: Microsoft Word - Cristiane_Costa_Brasil.doc (ucb.br). Acesso em: 27 de julho de 2023.

3291

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir (org.). **Alfabetização e conscientização: Paulo Freire, 50 anos de Angicos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. Disponível em: [Alfabetização e conscientização: Paulo Freire, 50 anos de Angicos](http://alfabetizacao.org.br). Acesso em: 29 de março de 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [Painel de Indicadores | IBGE](http://painel.ibge.gov.br). Acesso em: 02 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: [capa \(inep.gov.br\)](http://inep.gov.br) Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CEB 11/2000 – Homologado. Disponível em: [PCB11.doc \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em: 08 de abril de 2024.

SILVA, J. C. da; TORRES, A. M. **O golpe na elaboração intelectual de Paulo Freire: a alfabetização de [jovens e] adultos na ditadura civil - militar**. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 13, n. Esp, p. 125–152, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp125-152.

Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12025>.
Acesso em: 30 de julho de 2023.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 30 março de 2024.

UNESCO. **I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular - UNESCO Digital Library. Acesso em: 29 de março de 2024.

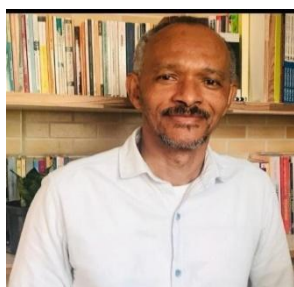
Autora 1:



Nome completo: Ana Clara Meira de Castro
Sou estudante do curso de Pedagogia, estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no setor da CAPNE, atuo no Programa Institucional de Bolsa em Iniciação à Docência (PIBID) e compreendo a educação como transformadora.
Email: anameira2124@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0122100534097246>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5729-9756>

3292

Autor 2:



Nome Completo: Claudionor Alves da Silva
Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário; Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco; Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz.
Email: claudionor.silva@uesb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8663984042921525>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9329-0523>